



# SIMULADO PRF 2013

## do Curso Sólon

### + Gabarito Comentado



Cód.MGA

## PROVA OBJETIVA

### DEZ DICAS

1. Antes de iniciar, faça uma breve apreciação de toda a prova ( $\pm 10$  min.), observando questões interligadas e efetuando algumas anotações e marcações.
2. Comece a prova pela disciplina que você mais domina.
3. Iniciada a prova (ou este simulado), não a interrompa em hipótese alguma.
4. Mantenha, durante toda a prova, o alto astral, a objetividade, a satisfação, a determinação e a crença de que você terá êxito em cada questão, em cada disciplina, e na prova como um todo.
5. Faça marcações e deixe para o final as questões que você julgar trabalhosas ou difíceis.
6. Enfrente as questões com elevada objetividade. Descubra imediatamente o que o enunciado pede. Visualize ou esboce a solução. Só depois escolha a resposta mais coerente..
7. Use lógica, intuição e atitudes positivas na resolução das questões. Cuidado: depois de calculada ou localizada a resposta, muitas vezes você precisará reler o enunciado da questão para saber o que ele realmente pede.
8. No dia da prova oficial, fique de olho no relógio. Reserve tempo no final para responder a eventuais questões ou itens pendentes.
9. Faltando dez minutos para o término da Prova, deixe tudo de lado e passe para o Cartão de Respostas o que você já assinalou.
10. Nos dias seguintes ao da prova, acompanhe no site [www.cursosolon.com.br](http://www.cursosolon.com.br) as informações sobre o concurso e eventuais propostas de recursos para você aumentar sua nota.

## PROVA REDAÇÃO

### TREZE DICAS

1. Use o rascunho. Redigir é a arte de reescrever.
2. Elabore um roteiro para o assunto (um esquema para a sua redação).
3. No início, apresente o assunto ou a problemática a ser desenvolvida.
4. Estructure o desenvolvimento do tema (é a maior parte do texto).
5. Estructure a finalização (poderá ser uma síntese de toda a argumentação ou sugestão/proposta de solução).
6. Use frases curtas e diretas. A comunicação é mais fácil e você não corre tanto o risco de errar.
7. Escreva preferencialmente o óbvio, evitando criar polêmica.
8. Não repita muito as palavras. Use sinônimos.
9. Evite definições do tipo "a liberdade é..."
10. Evite usar dois-pontos (:) e ponto-e-vírgula (;). Prefira outra frase.
11. Ao final, revise e elimine as palavras desnecessárias.
12. Não passe do limite máximo de linhas.
13. Deixe para decidir no final o título da redação, mas não se esqueça de escrevê-lo.

#### **ATENÇÃO:**

***É quase certeza que o tema da redação será ligado a trânsito, transporte ou segurança.***



Muitas questões deste simulado foram adaptadas de concursos anteriores, de nível superior, normalmente promovidos pelo próprio organizador Cespe/UnB, de modo a manter o mesmo grau de dificuldade que possivelmente você vai enfrentar na prova oficial PRF.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS (50 QUESTÕES)

### LÍNGUA PORTUGUESA:

Professora Cidinha

#### Texto 01

(L.1) A Lua que se ergue no céu desde sexta-feira passada é um astro diferente daquele a que a humanidade se acostumou. Fazia tempo que se especulava sobre a existência de água em forma de gelo (L.4) sob o pedregoso solo lunar, principalmente por causa da presença de hidrogênio nas regiões dos polos, mas nunca se havia obtido uma prova concreta. A evidência surgiu com a análise das informações (L.7) colhidas pela sonda Lcross da agência espacial norte-americana.

Os cientistas apresentam quatro hipóteses para explicar a presença de água na Lua. Ela pode ter chegado ao satélite a bordo de cometas, (L.10) astros formados por gelo e poeira. Outra hipótese leva em conta o fato, hoje amplamente aceito pela ciência, de que a Lua seja um pedaço da Terra que se despreendeu após um enorme impacto com outro astro.

(L.13) Assim, a água lunar teria origem na Terra. Outra teoria diz que a água chegou ao satélite por meio dos ventos solares, tempestades de partículas constantemente liberadas pelo Sol. Entre essas partículas, (L.16) está o hidrogênio, que pode ter interagido com o oxigênio contido nas rochas lunares. Por fim, há a possibilidade de a água ter chegado à Lua por intermédio das nuvens moleculares que atravessam o sistema solar (L.19) em alta velocidade.

*Veja, 18/11/2009, p. 123 (com adaptações).*

**Acerca dos aspectos linguísticos do texto acima e das ideias neledesenvolvidas, julgue os itens a seguir.**

01. [ ] Depreende-se do texto que a explicação sobre a presença de hidrogênio em regiões polares da lua ainda carece de comprovação científica definitiva.
02. [ ] O texto critica os resultados da pesquisa científica.
03. [ ] Mantêm-se a correção e o sentido do texto caso a oração “é um astro diferente daquele a que a humanidade se acostumou” (linha 1-2) seja reescrita do seguinte modo: é um astro diferente do que a humanidade estava acostumada.
04. [ ] O trecho “nunca se havia obtido uma prova concreta” (linha 5-6) preservaria sua correção gramatical se fosse reescrito, flexionando-se o substantivo no plural, do modo seguinte: nunca se haviam obtido provas concretas.

05. [ ] A substituição de “apresentam” (linha 8) por têm apresentado mantém a correção gramatical do texto.

06. [ ] A substituição de “na Lua” (linha 9) por Lunar mantém a correção gramatical do período.

07. [ ] O trecho “Outra hipótese leva em conta o fato, hoje amplamente aceito pela ciência, de que a Lua seja um pedaço da Terra que se despreendeu após um enorme impacto com outro astro” (linhas 10-12) pode ser substituído, sem alterar o sentido do texto, pelo seguinte: Outra hipótese atém-se ao fato, amplamente aceito pela ciência atual, de a Lua ser um pedaço da Terra que despreendeu quando de uma enorme colisão com outro astro.

08. [ ] As expressões “por meio” (linha 14) e “por intermédio” (linha 18) podem, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto, ser substituídas pela expressão “a bordo” (linha 9), ressalvado o efeito de repetição vocabular.

09. [ ] O emprego da vírgula logo após “solares” (linha 14) justifica-se para marcar o início do aposto subsequente.

10. [ ] O desenvolvimento das ideias do texto permite concluir que a palavra “possibilidade” (R.17) remete à quarta hipótese acerca da presença de água na Lua.

#### Texto 02

(L.1) Com seus 5 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia representa 3,6% da superfície seca do planeta, área equivalente a nove vezes o território da França. O rio Amazonas, o maior do mundo em extensão e volume, despeja no mar, em um único dia, a mesma quantidade de água que o Tâmis, que atravessa Londres, leva um ano para lançar. O vapor de água que a Amazônia produz por meio de evaporação responde por 60% das chuvas que caem nas regiões Norte, (L.10) Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Mesmo agora, com o reconhecimento de sua grandeza, a floresta amazônica permanece um domínio da natureza em que (L.13) o homem não é bem-vindo. No entanto, vivem lá 25 milhões de brasileiros, pessoas que enfrentaram o desafio do ambiente hostil e fincaram raízes na porção (L.16) norte do Brasil.

*Veja, 9/2009, “Edição Especial”, p. 22 (com adaptações).*



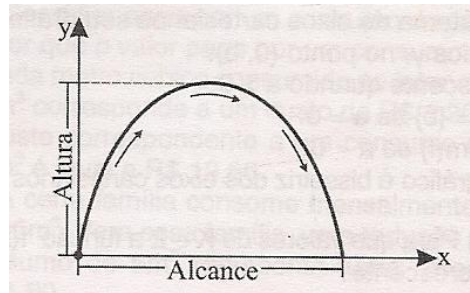
Julgue os próximos itens com relação às ideias desenvolvidas no texto acima e à sua organização linguística.

11. [ ] A ideia central do texto acima, apresentada no primeiro período, é explicitada nos demais, como argumentação secundária.
12. [ ] Com a supressão de certos termos de natureza acessória, o período “O rio Amazonas, o maior do mundo em extensão e volume, despeja no mar, em um único dia, a mesma quantidade de água que o Tâmesa, que atravessa Londres, leva um ano para lançar” (linha 4-7) pode ser reescrito, sem prejuízo da correção gramatical, na forma a seguir: O rio Amazonas despeja no mar a mesma quantidade de água em que o Tâmesa leva um ano.
13. [ ] Ao se deslocar o termo “em um único dia” (linha 5), sem vírgulas, para logo após o termo “o maior do mundo em extensão e volume” (linha 4-5), preservam-se a correção gramatical e o sentido do texto.
14. [ ] O período “vivem lá 25 milhões de brasileiros, pessoas que enfrentaram o desafio do ambiente hostil e fincaram raízes na porção norte do Brasil” (linha 13-16) mantém-se correto gramaticalmente se reescrito do modo a seguir: vivem lá 25 milhões de brasileiros, que enfrentaram o desafio do ambiente hostil e fincaram raízes, na porção norte do Brasil.
15. [ ] Tal como referido no texto, a iniciativa de “25 milhões de brasileiros” (linha 14) que “fincaram raízes na porção norte do Brasil” (linha 15-16) ratifica o fato de estar em curso um reconhecimento político e social da magnitude da floresta amazônica.

## MATEMÁTICA:

Professores Pacífico e Rafael

16. [ ] Um corpo caindo livremente percorre 4,9 m durante o 1º segundo; no segundo seguinte, percorre 14,7 m; no 3º segundo, 24,5 m. Continuando assim, podemos afirmar CORRETAMENTE que percorrerá no 11º segundo mais de 101 metros.
17. [ ] Para pintar  $\frac{4}{9}$  de uma parede em um dia e  $\frac{1}{6}$  da mesma parede em um segundo dia, um pintor gastou 11 litros de tinta. Se uma lata contém 6 litros de tinta, então foram usadas 3 latas de tinta.
18. [ ] Em um certo tipo de jogo, o prêmio pago a cada acertador é 18 vezes o valor de sua aposta. Certo apostador resolve manter o seguinte esquema de jogo: aposta R\$ 1,00 na primeira tentativa e, nas seguintes, aposta sempre o dobro do valor anterior.
- Na 11ª tentativa ele acerta. Sendo assim “O apostador obteve um lucro de R\$ 16 385,00”
- Num determinado Estado, quando um veículo é rebocado por estacionar em local proibido, o motorista paga uma taxa fixa de R\$ 76,88 e mais R\$ 1,25 por hora de permanência no estacionamento da polícia. O valor pago foi de R\$ 101, 88. Daí podemos afirmar corretamente que:
19. [ ] o veículo ficou estacionado durante 22 horas;
20. [ ] se o condutor do veículo pagar com duas notas de R\$ 100,00, receberá de troco R\$ 98,12
- Para a codificação de processos, o protocolo utiliza um sistema com cinco símbolos, sendo duas letras de um alfabeto com 26 letras e três algarismos, escolhidos entre os de 0 a 9. Supondo que as letras ocupem sempre as duas primeiras posições, julgue os itens que se seguem.
21. [ ] O número de processos que podem ser codificados por esse sistema é superior a 650.000.
22. [ ] O número de processos que podem ser codificados por esse sistema utilizando-se letras iguais nas duas primeiras posições do código é superior a 28.000.
23. [ ] A trajetória de um corpo obliquamente, desprezados o efeito do ar, é uma parábola. O corpo lançado a partir do solo (figura) descreve uma parábola de equação  $y = 120x - 4x^2$ , x e y em metros. O alcance e a altura máxima desse corpo são, respectivamente, 30 metros e 900 metros.



24. [ ] Considere duas equipes da PM atendendo duas ocorrências distintas. Num sistema de coordenadas cartesianas, as posições dessas equipes são dadas pelos pontos M(1;5) e N(2;8). Para uma equipe chegar ao local de ocorrência que a outra está atendendo, ela vai seguir uma trajetória retilínea, saindo de M e chegando em N. Essa trajetória pode ser representada pela equação  $3x + y - 8 = 0$
25. [ ] A média aritmética de um grupo de 120 pessoas é de 40 anos. Se a média aritmética das idades das mulheres é de 35 anos e a dos homens é de 50 anos, esse grupo possui 70 mulheres e 50 homens.



## **NOÇÕES DIR.CONSTITUCIONAL:** **Professor Laert**

26. [ ] O princípio do pluralismo político refere-se à ideologia unitária da preferência político-partidária, já que nesse terreno é imperativa a aplicação da reserva da constituição.
27. [ ] O princípio republicano, que traduz a maneira como se dá a instituição do poder na sociedade e a relação entre governantes e governados, mantém-se na ordem constitucional mas hoje não mais protegido formalmente contra emenda constitucional.
28. [ ] É um fundamento da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
29. [ ] No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, vedada ao proprietário indenização ulterior na ocorrência de dano.
30. [ ] É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
31. [ ] Admitir-se-á, nos termos da lei, júízo ou tribunal de exceção.
32. [ ] As entidades associativas, independentemente de autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
33. [ ] As associações somente poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
34. [ ] Medida Provisória que estabelecesse a possibilidade de a autoridade policial efetuar buscas e apreensões na casa de indivíduos investigados pela prática de atos de terrorismo, a qualquer hora do dia ou da noite, independentemente de mandado judicial, seria incompatível com a Constituição da República, porque a inviolabilidade de domicílio somente é excepcionada, sem restrição de horário, em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro, ou ainda, durante o dia, mediante determinação judicial.
35. [ ] É proibida a realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer

trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

## **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO:** **Professor Christian**

36. [ ] A dignidade, o decoro, o zelo, a ineficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público.
37. [ ] Os princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, somente no exercício do cargo ou função. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
38. [ ] É dever fundamental do servidor público, dentre outros, dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana.
39. [ ] Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público
40. [ ] A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de advertência e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

## **NOÇÕES DE INFORMÁTICA:** **Professor Valdir**

41. [ ] Acerca dos conhecimentos de Internet e Intranet pode-se afirmar que a arquitetura usada nestas redes utiliza a filosofia Cliente – Servidor, ou seja, cada serviço será ofertado por um servidor e para fazer uso destes serviços será necessário usar programas clientes.
42. [ ] O DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol) é quem traduz endereços IP's em nomes amigáveis, assim o usuário não precisa decorar sequências grandes de números para acessar informações na Internet.
43. [ ] Para que haja segurança nas transações realizadas via Internet pode-se usar os recursos HTTPS, Criptografia, Certificação e Assinatura Digital. Estes recursos garantem que a comunicação não será interceptada e também a autenticidade do site que está sendo acessado.



44.  O Ipv4 (endereço IP na versão 4) utilizado atualmente na Internet é composto por 4 bytes ou 32 bit's. O Ipv6 (endereço IP na versão 6) que está sendo implementado gradativamente é formado por 8 bytes ou 64 bit's e dará uma faixa de endereçamento extremamente grande para ser usada na Internet futuramente.
45.  A central de Facilidade de Acesso disponível no painel de controle do Windows Seven, provê recursos que permitem ao usuário configurar de maneira facilitada Acesso a Internet e a dispositivos de comunicação conectados ao computador via Blueto-oth ou via rede sem fio.
46.  Para inserir um cabeçalho ou um rodapé em um documento criado no BrOffice Writer, o usuário pode clicar no menu **Inserir** e depois na opção **Cabeçalho** ou na opção **Rodapé**. Pode ainda clicar no menu **Formatar** e depois na opção **Página**, na janela que surge clicar na aba **Cabeçalho** ou na aba **Rodapé**, nestas abas pode-se configurar todas as características desejadas para cabeçalhos e rodapés.
47.  Em um documento editado no BrOffice Writer pode-se fazer uso de tabelas. Se o usuário quiser pode converter textos em tabelas. Para isto deve se-

leccionar o texto a ser convertido e clicar no menu Tabela, posicionar o mouse na opção Converter e escolher De texto para tabela.

|   | A  | B | C  | D | E                   |
|---|----|---|----|---|---------------------|
| 1 | 10 |   | 10 |   | =SOMA(A1:A4)        |
| 2 | 20 |   | 20 |   | =MÉDIA(A1:A4;C1:C4) |
| 3 | 30 |   | 30 |   | =SOMA(A1;C1;A4;C4)  |
| 4 | 40 |   | 40 |   | =MÉDIA(A\$1:C\$4)   |

48.  A figura acima apresenta um fragmento de uma planilha do BrOffice Calc com alguns valores e algumas funções que realizam cálculos matemáticos. Acerca desta figura é correto afirmar que após a realização dos cálculos os resultados em E1, E2, E3, E4 serão respectivamente 100, 25, 100, 25.
49.  Ainda com relação à questão anterior se a alça de preenchimento for usada na célula E4 e arrastada para E5 o valor apresentado em E5 será 25.
50.  Se os mesmos valores da figura do BrOffice Calc fossem colocados em uma planilha do Excel os resultados não seriam os mesmos. Os dois aplicativos tem diferenças que não permitem que fórmulas e funções usadas no Excel funcionem adequadamente no Calc.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (70 QUESTÕES)

### NOÇÕES DIR.ADMINISTRATIVO: Professor Christian

51.  São elementos do Estado: povo, território e soberania.
52.  O fenômeno administrativo da descentralização é exemplo do Princípio da Hierarquia, pois permite a divisão interna de atribuições, em respeito a situações de delegação e avocação de competência.
53.  O Princípio da Autotutela permite que a Administração revogue seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade, com efeitos *ex tunc*, e anule os atos inconvenientes ou inoportunos, com efeitos *ex nunc*, respeitados, em todos os casos, a apreciação judicial e os direitos adquiridos.
54.  As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de

regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

55.  São elementos do ato administrativo: autoexecutoriedade, tipicidade, imperatividade e coercibilidade.
56.  Em atenção ao Princípio da Continuidade ou Permanência, os serviços públicos não podem ser interrompidos ou suspensos em nenhuma hipótese, caracterizando-se, a sua interrupção, ato de improbidade passível de responsabilização do agente público.
57.  Em caso de cometimento de atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, é possível a aplicação das seguintes penalidades: ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou



creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

58. [ ] A investidura em cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
59. [ ] Reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
60. [ ] A autoexecutoriedade é característica do ato administrativo, segundo o qual a Administração executa seus próprios atos de ofício, sem precisar submetê-los à apreciação do Poder Judiciário. Porém, possui exceções, tais como a cobrança de dívidas de particulares.
66. [ ] Existem duas espécies de coação irresistível: a coação física irresistível — que importa na exclusão do crime por ausência de conduta — e a coação moral irresistível — que importa na exclusão da culpabilidade em face da inexigibilidade de conduta diversa.
67. [ ] O agente que, por desenvolvimento mental retardado, for, ao tempo da ação delituosa, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato terá sua pena reduzida.
68. [ ] Getúlio, a fim de auferir o seguro de vida do qual era beneficiário, induziu Maria a cometer suicídio, e, ainda, emprestou-lhe um revólver para que consumasse o crime. Maria efetuou um disparo, com a arma de fogo emprestada, na região abdominal, mas não faleceu, tendo sofrido lesão corporal de natureza grave. Em relação a essa situação hipotética, Apesar de a conduta praticada por Getúlio ser típica, pois configura induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, ele é isento de pena, porque Maria não faleceu.
69. [ ] Um delegado de polícia, por desleixo e mera indolência, omitiu-se na apuração de diversas ocorrências policiais sob sua responsabilidade, não cumprindo, pelos mesmos motivos, o prazo de conclusão de vários procedimentos policiais em curso. Nessa situação, a conduta do policial constitui crime de prevaricação.
70. [ ] Tratando-se de peculato culposo, a reparação do dano, a qualquer momento, extingue a punibilidade do agente.

## **NOÇÕES DE DIREITO PENAL:**

**Professora Márcia**

61. [ ] Considere que determinado empresário tenha sido sequestrado em 01/01/2013 e libertado em 01/07/2013, mediante o pagamento do valor do resgate pela família, e que, em maio de 2013, o Congresso Nacional tenha editado lei ordinária, que dobrou a pena privativa de liberdade do mencionado delito. Nessa situação, a pena do delito de sequestro fixada pela nova lei não poderá ser aplicada aos sequestradores do referido empresário, uma vez que a lei penal mais grave não pode retroagir.
62. [ ] A responsabilidade penal do agente nos casos de excesso doloso ou culposo aplica-se às hipóteses de estado de necessidade e legítima defesa, mas o legislador, expressamente, exclui tal responsabilidade em casos de excesso decorrente do estrito cumprimento de dever legal ou do exercício regular de direito.
63. [ ] No que diz respeito à Lei Penal no tempo e no espaço, é correto afirmar que a vigência de norma penal posterior atenderá ao princípio da imediatidade, não incidindo, em nenhum caso, sobre fatos praticados na forma da Lei Penal anterior. No tocante à Lei Penal no espaço, o CP adota o princípio da territorialidade como regra geral.
64. [ ] O dolo e a culpa são elementos que devem ser analisados na esfera da tipicidade e não da culpabilidade.
65. [ ] Diz-se consumado o crime quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal, e considera-se tentado o crime quando, iniciada a execução, ele não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

## **NOÇ.DIR.PROCESSUAL PENAL:**

**Professora Márcia**

71. [ ] A prisão preventiva, admitida nos casos de crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos, pode ser decretada em qualquer fase da persecução penal, desde que haja prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- Em relação ao inquérito policial e à prisão em flagrante, julgue os itens subsequentes.**
72. [ ] O inquérito policial é um procedimento sigiloso, e, nessa etapa, não são observados o contraditório e a ampla defesa.
73. [ ] O inquérito policial é um instrumento indispensável à averiguação do fato e da autoria criminosa.
74. [ ] Por inviabilizar a responsabilização criminal, não se admite a notícia criminis anônima.
75. [ ] A situação de flagrância pode se estender por mais de 24 horas se o agente, após cometer infração penal, for perseguido ininterruptamente pela autoridade policial.



76. [ ] A prisão de qualquer pessoa, assim como o local onde ela se encontra, deve ser comunicada imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa indicada por ele. Além disso, deve ser entregue a ele, em 24 horas, a nota de culpa, assinada pela autoridade e na qual constem o motivo da prisão e o nome do condutor e das testemunhas.

**Considere a seguinte situação hipotética.**

77. [ ] Danilo, pessoa violenta, tentou assassinar sua esposa, Julieta, durante briga do casal. Julieta registrou a ocorrência, e instaurou-se inquérito policial, que foi oportunamente remetido ao MP. O promotor de justiça ofereceu denúncia em face de Danilo por tentativa de homicídio. Iniciado o processo, Julieta procurou o promotor de justiça, dizendo-lhe que se reconciliara com o marido, que desejava “retirar a queixa” e que gostaria de encerrar o processo. Nessa situação, considerando a natureza da ação penal, o pedido de Julieta não poderia ser atendido.

78. [ ] Milton e Renato praticaram, conjuntamente, um crime de ação penal privada contra Adolfo. Nessa situação, Adolfo não poderá escolher qual deles processar: ou processa ambos ou não processa nenhum deles.

79. [ ] De acordo com inovações na legislação específica, a perícia deverá ser realizada por apenas um perito oficial. Caso não haja na localidade, perito oficial, o exame poderá ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica. Nessa última hipótese, serão facultadas a participação das partes, com a formulação de quesitos, e a indicação de assistente técnico, que poderá apresentar pareceres, durante a investigação policial, em prazo máximo a ser fixado pela autoridade policial.

80. [ ] No tocante ao lugar do crime, o CPP aplica a teoria da ubiquidade para os crimes comissivos e omissivos, do mesmo modo que o CP.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL:**  
**Professores Christian e Márcia**

81. [ ] Determinada organização criminosa voltada para a prática do tráfico de armas de fogo esperava um grande carregamento de armas para dia e local previamente determinados. Durante a investigação policial dessa organização criminosa, a autoridade policial recebeu informações seguras de que parte do bando estava reunida em um bar e receberia o dinheiro com o qual pagaria o carregamento das armas, repassando, ainda no local, grande quantidade de droga em troca do dinheiro. Mantido o local sob

observação, decidiu a autoridade policial retardar a prisão dos integrantes que estavam no bar de posse da droga, para que os policiais pudessem segui-los, identificar o fornecedor das armas e, enfim, prendê-los em flagrante. Nessa situação, não obstante as regras previstas no Código de Processo Penal, são válidas as diligências policiais e as eventuais prisões, em face da denominada ação controlada, prevista na lei do crime organizado.

82. [ ] O condenado pela prática de crime hediondo cumprirá a pena em regime integralmente fechado, podendo o juiz, excepcional e motivadamente, sendo o agente primário e as condições judiciais favoráveis, admitir a progressão do regime após cumprimento de dois quintos da pena.

83. [ ] Segundo a Lei Antidrogas, para determinar se a droga apreendida sob a posse de um indivíduo destina-se a consumo pessoal, o juiz deve-se ater à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, desconSIDERANDO as circunstâncias sociais e pessoais e também a conduta e os antecedentes do agente, sob pena de violação do princípio da presunção de inocência.

84. [ ] Policial civil que, após infligir forte sofrimento mental, mediante graves e reiteradas ameaças, exigindo que a vítima de um roubo reconheça determinado homem que tem certeza ser o autor do crime, comete o delito de tortura com causa de aumento de pena.

85. [ ] Considere que uma equipe de policiais em ronda tenha abordado um cidadão em via pública e, devido a sua semelhança com um conhecido homicida, o tenham conduzido à repartição policial, onde permaneceu detido para averiguações por dois dias. Considere ainda que, ao final, o cidadão tenha sido liberado, após a verificação de que não se tratava do homicida procurado. Nessa situação, é correto afirmar que o procedimento policial foi ilegal, e que a detenção constituiu crime de abuso de autoridade.

86. [ ] A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

87. [ ] Aos maiores de 60 anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

88. [ ] Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei dos Juizados Especiais Criminais, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.



89.  Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
90.  Não é exigida autorização judicial quando o adolescente viajar fora da comarca onde reside desacompanhado.

## **DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA:**

**Professor Christian**

91.  De acordo com a atual Constituição da República, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Congresso seguindo o rito específico serão equivalentes às leis complementares.
92.  O rito específico mencionado na questão anterior é a aprovação unicameral, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros do Congresso Nacional.
93.  A primeira geração ou dimensão dos direitos fundamentais são os chamados de direitos civis e políticos, que englobam os direitos à vida, à liberdade e à propriedade, exigindo do Estado uma atuação mínima na vida social.
94.  A segunda geração ou dimensão dos direitos fundamentais é composta pelos direitos da solidariedade ou de fraternidade, pertencentes a todos os seres humanos, tendo por exemplo a tutela dos interesses difusos e coletivos.
95.  Os Direitos Humanitários visam a proteção em períodos ou situações de conflitos armados, enquanto os Direitos Humanos são de natureza permanente, haja guerra ou haja paz.
96.  O Direito dos Refugiados visa a proteção dos Direitos Humanos dos nacionais de um determinado país, quando em trânsito interno para outras regiões dentro do próprio Estado.
97.  É garantido o direito ao reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado, pela Política Nacional de Direitos Humanos PNDH-3.

## **LEGISLAÇÃO RELATIVA AO DPRF / TRÂNSITO:**

### **Professor Rovani**

**O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades, seguindo essa definição julgue:**

98.  É objetivo do SNT, estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.
99.  Compõem o Sistema Nacional de Trânsito o CONTRAN, os Conselhos Estaduais de Trânsito, os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal e as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.
100.  Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal tem o poder de aplicar todas as penalidades

**Em relação às regras gerais de circulação e conduta, julgue:**

101.  Todo condutor, ao perceber que outro veículo que o segue tem o propósito de ultrapassá-lo, se estiver circulando pela faixa da direita, deslocar-se para a faixa da esquerda, sem acelerar a marcha;
102.  Em imobilizações ou situações de emergência, o condutor deverá utilizar o pisca-alerta

**Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando:**

103.  No caso de transferência de domicílio ou residência no mesmo Município, o proprietário comunicará o novo endereço num prazo de trinta dias e aguardará novo Certificado de Registro de Veículo.
104.  No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de trinta dias

**Em um final de semana, três irmãos Isabela, Isadora e Roan foram descansar em um sítio nas margens de um rio no Estado de São Paulo. Fizeram as revisões necessárias, inclusive na tomada da parte elétrica do rabicho, pois precisariam rebocar um barco. O veículo é da marca VW, Modelo PARATI. Os três irmãos**





possuem a Permissão para Dirigir na categoria B. Durante o trajeto, já no estado de São Paulo, foram abordados pelo inspetor da Polícia Rodoviária Federal, julgue os fatos a seguir:

105.  Foi aplicada uma autuação por dirigir veículo com categoria diferente, pois estava rebocando um barco.
106.  Os passageiros não estavam usando o cinto de segurança e o condutor recebeu a penalidade de retenção do veículo
107.  O condutor teve como medida administrativa o recolhimento da permissão para dirigir, pois estava dirigindo fora do estado de origem da Permissão.

**Em caso de acidente com vítima, envolvendo veículo equipado com registrador instantâneo de velocidade e tempo, julgue:**

108.  somente o perito oficial encarregado do levantamento pericial poderá retirar o disco ou unidade armazenadora do registro.
109.  O inspetor da PRF poderá retirar o registrador instantâneo de velocidade e tempo poderá retirar a qualquer momento, pois é autoridade de trânsito no momento.

**Considere penalidades:**

110.  Advertência por escrito, multa, recolhimento da CNH, suspensão, apreensão do veículo, curso de reciclagem
111.  Recolhimento da Permissão para dirigir, suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, multa e cassação do direito de dirigir.
112.  Multa, suspensão do direito de dirigir, apreensão do veículo. Curso de reciclagem e advertência por escrito.

## **FÍSICA APLICADA À PERÍCIA RODOVIÁRIA:**

Professor Marcelo

**Com velocidade constante, um caminhão se move num trecho retilíneo horizontal, sem atrito. Ele transporta, sobre a carroceria, pedras e um garoto. Se o garoto começa a arremessar pedras, pode-se concluir que a velocidade do caminhão, na direção inicial do movimento,**

113.  aumenta, se as pedras forem arremessadas para trás.
114.  diminui, se as pedras forem arremessadas para frente.
115.  aumenta, se as pedras forem arremessadas lateralmente, perpendicularmente à direção do movimento do caminhão.

**Recentemente, no treino classificatório para o grande prêmio da Hungria de fórmula I, uma mola soltou-se do carro de Rubens Barrichello e colidiu violentamente com o capacete de outro piloto brasileiro, que vinha logo atrás, Felipe Massa. Considere que a massa da mola é muito menor que as massas somadas do carro, piloto e capacete, e que o capacete ficou parcialmente destruído.**

**Considerando o exposto, julgue as proposições a seguir.**

116.  Depois da colisão, os módulos do impulso dado à mola e ao capacete são iguais.
117.  As quantidades de movimento da mola, antes e depois da colisão, são iguais.
118.  Houve conservação do momento linear total do sistema.

**Acoplados nos espelhos de alguns carros são colocados espelhos esféricos convexos para o motorista observar os carros detrás. Julgue a vantagem de se usar um espelho desse tipo em relação a um espelho plano:**

119.  O campo visual é maior.
120.  As imagens dos carros ficam maiores.



## PROVA DISSERTATIVA (REDAÇÃO até 30 linhas)

— PROFESSORA ROSÂNGELA —

### TEXTO I

**PRF ESPERA RECORDE DE VEÍCULOS NAS ESTRADAS E REFORÇA A FISCALIZAÇÃO — A VOLTA PARA CASA AMANHÃ E DOMINGO SERÁ DE INTENSO MOVIMENTO NAS RODOVIAS FEDERAIS MINEIRAS.**

A volta para casa amanhã e domingo será de intenso movimento nas rodovias federais mineiras. Nos dois dias, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) vai para estradas com todo o efetivo de 900 policiais, divididos em turnos. Para a fiscalização serão usados 36 radares e 46 bafômetros. O inspetor Aristides Júnior, da PRF, alerta que motoristas infratores podem pagar multa de até R\$ 575 em caso de excesso de velocidade ou ultrapassagem proibida.

Até ontem, balanço oficial somava 67 mortes nas rodovias federais desde o dia 20. Entre os acidentes mais violentos está a queda de um ônibus da Viação Itapemirim numa ribanceira às margens da BR-116, em Além Paraíba, Zona da Mata, na terça-feira. Ontem foi resgatado o corpo da 12ª vítima do acidente, Valquíria Machado Heringer, de 21 anos. Mas os números seriam ainda mais trágicos, já que os dados da PRF não contam vítimas que morrem nos hospitais ou durante o socorro. Entre esses casos, estão três mortes na terça-feira num acidente na BR-381, em Sabará, na Grande BH, e outra vítima de uma batida em Santa Rita de Minas, Vale do Rio Doce. Na soma geral, mais de 70 vítimas morreram nas estradas federais.

“Mais de 90% das pessoas que viajaram para o Natal ainda não voltaram. E ainda temos o acréscimo dos que viajaram para as festas de fim de ano”, informa Júnior. Para o inspetor, o aumento do número de veículos pode ser positivo. “Torçemos para que o trânsito seja lento, pois assim se evitam acidentes violentos, pois os motoristas abusados são obrigados a reduzir a velocidade e não têm como fazer manobras arriscadas”, comentou. Aristides Júnior garante que a PRF está em alerta nos últimos dias e que todos esforços estão sendo feitos para coibir abusos nas BRs. O inspetor sugere que motoristas conscientes dos perigos nas rodovias também contribuam com a atuação dos policiais. “Em caso de chuvas, se passar por locais de alagamentos que ofereçam riscos a motoristas, liguem para o telefone 191 ou avisem os agentes policiais.”

(<http://www.ultimasnoticias.inf.br>)

### TEXTO II

**Polícia Rodoviária Federal inicia fiscalização nas rodovias para Jornada da Juventude - 15/07/2013**

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) começou hoje (15) uma fiscalização nas rodovias que dão acesso ao município do Rio, por onde passarão os ônibus que vão transportar os peregrinos da Jornada Mundial da Juventude (JMJ). De acordo com a PRF, o objetivo da ação é prevenir acidentes, verificar as condições de segurança dos ônibus e estimular o uso do cinto de segurança. A PRF informou que todos os estados farão operações em suas rodovias para impedir a entrada de ônibus irregulares. No Rio, quatro trechos são considerados perigosos pela PRF. Eles ficam na altura da Serra das Araras, Casimiro de Abreu, na baixada litorânea, Barra do Piraí, no sul fluminense, e Três Rios, na região serrana. A estimativa da polícia é que 20 mil ônibus cheguem ao Rio para a JMJ, e que pelo menos metade deles fiquem na cidade.

“Essa ação, que chamamos de pré-jornada, vai começar com trabalho de fiscalização e suporte aos peregrinos que começam a chegar ao Rio de Janeiro. Se eventualmente tivermos problemas de segurança, o veículo será apreendido e haverá um remanejamento dos passageiros para outro ônibus, ou então, eles serão encaminhados para a rodoviária mais próxima a fim de tomarem outro ônibus”, explicou Marcos Moura, chefe do setor de acidentes da PRF. Segundo dados da PRF, de 2011 até esse ano foram registrados mais de 4.500 acidentes envolvendo ônibus nas rodovias do estado.

“A segurança do veículo é prioridade em relação aos pneus, equipamentos e documentação. E em segundo lugar, a questão fundamental: o uso do cinto de segurança pelos passageiros. Infelizmente, a maioria dos passageiros de ônibus não está usando o cinto de segurança”, afirmou Moura.

Na ação da PRF, motoristas serão orientados sobre o credenciamento obrigatório para JMJ, que será feito nas rodovias. Em postos montados na estrada, voluntários vão colocar adesivos de identificação nos ônibus. Os pontos de fiscalizações nas estradas vão servir também como postos de distribuição de um guia de segurança pública: o panfleto bilíngue (português/inglês). O folheto foi elaborado pela Secretaria Estadual de Segurança (Seseg) em conjunto com as forças policiais. No guia consta o telefone de todas as delegacias do Rio, além de telefones de emergência e de hospitais públicos.

Fonte: Agência Brasil- (<http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/brasil>)

**COMANDO:** Com base na leitura dos textos acima, elabore uma DISSERTAÇÃO na qual explicita quais são, na sua opinião, as causas de tantos acidentes nas rodovias brasileiras. Sua produção deverá ter entre 20 e 30 linhas.



**REDAÇÃO - FOLHA DE RASCUNHO**

Título: \_\_\_\_\_

|     |  |
|-----|--|
| 1.  |  |
| 2.  |  |
| 3.  |  |
| 4.  |  |
| 5.  |  |
| 6.  |  |
| 7.  |  |
| 8.  |  |
| 9.  |  |
| 10. |  |
| 11. |  |
| 12. |  |
| 13. |  |
| 14. |  |
| 15. |  |
| 16. |  |
| 17. |  |
| 18. |  |
| 19. |  |
| 20. |  |
| 21. |  |
| 22. |  |
| 23. |  |
| 24. |  |
| 25. |  |
| 26. |  |
| 27. |  |
| 28. |  |
| 29. |  |
| 30. |  |
| 31. |  |
| 32. |  |



**REDAÇÃO – TEXTO DEFINITIVO**

Título: \_\_\_\_\_

|     |  |
|-----|--|
| 1.  |  |
| 2.  |  |
| 3.  |  |
| 4.  |  |
| 5.  |  |
| 6.  |  |
| 7.  |  |
| 8.  |  |
| 9.  |  |
| 10. |  |
| 11. |  |
| 12. |  |
| 13. |  |
| 14. |  |
| 15. |  |
| 16. |  |
| 17. |  |
| 18. |  |
| 19. |  |
| 20. |  |
| 21. |  |
| 22. |  |
| 23. |  |
| 24. |  |
| 25. |  |
| 26. |  |
| 27. |  |
| 28. |  |
| 29. |  |
| 30. |  |
| 31. |  |
| 32. |  |



# GABARITO

## RESPOSTAS COMENTADAS

### — GABARITO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS —

#### LÍNGUA PORTUGUESA – professora Cidinha

|    |          |   |
|----|----------|---|
| 01 | <b>E</b> | O 3º período do texto permite afirmar que a presença de hidrogênio em regiões polares da lua já está confirmado, não sendo mais, portanto, uma hipótese.                              |
| 02 | <b>E</b> | Como não há posicionamento argumentativo do autor no texto, é impossível inferir que haja uma crítica às teorias citadas.   |
| 03 | <b>E</b> | O adjetivo <i>acostumada</i> exige regência com a preposição “a” que falta na reescrita.  |
| 04 | <b>C</b> | Nesse excerto o plural do verbo haver é exigido por questão de concordância, visto que, ali, ele funciona como verbo auxiliar.  |
| 05 | <b>C</b> | O presente simples apresentam e o presente composto <i>têm apresentado</i> se equivalem.  |
| 06 | <b>E</b> | <i>Lunar</i> é um adjetivo, portanto, só poderia substituir a locução adjetiva <i>da lua</i> e não a locução adverbial <i>na lua</i> .  |
| 07 | <b>E</b> | O verbo <i>desprender</i> é pronominal e exige, portanto, o pronome <i>se</i> .   |
| 08 | <b>E</b> | A locução adverbial <i>a bordo</i> é indicativa de lugar enquanto que <i>por meio de</i> é indicativa de instrumento, não se equivalendo semanticamente, portanto.                    |
| 09 | <b>C</b> | No referido excerto, após a vírgula vem um aposto – informação que explica o que seriam <i>ventos solares</i> .   |
| 10 | <b>C</b> | Isso pode ser comprovado pelo conectivo que dá início ao último período do texto: <i>por fim</i> .  |
| 11 | <b>E</b> | O texto não tem caráter argumentativo, o que se expõe são informações que justificam o destaque para a região amazônica.  |
| 12 | <b>E</b> | A supressão dos termos acessórios prejudica a coesão na reescrita, por exemplo, fica ausente a informação do que o Tâmbisa despeja.   |
| 13 | <b>E</b> | A coerência e o sentido ficariam prejudicados pois, ao se deslocar os termos sem vírgula, como sugerido, poderia se inferir que é o Amazonas é o maior rio do mundo em apenas um dia. |
| 14 | <b>E</b> | A última vírgula empregada quebraria a ordem sintática (quem finca, finca em algo), o que infringiria a norma de emprego da vírgula.  |
| 15 | <b>E</b> | Ao contrário do que a questão defende, o fato de ser citada a existência de um número significativo de habitantes aponta para um descaso com a região citada.                         |

#### MATEMÁTICA – professores Pacífico e Walter / Pelaquim

|    |          |   |
|----|----------|---|
| 16 | <b>C</b> | P.A. $\rightarrow a_n = a_1 + R(n - 1) \rightarrow a_{11} = 4,9 + 9,8(11 - 1) \rightarrow a_{11} = 102,9$ m   |
| 17 | <b>C</b> | $4/9 + 1/6 = 22/36 = 11/18$ (dia) $\rightarrow$ dividindo 11 por 11, temos 1 litro e multiplicando por 18, temos 18 litros, como cada lata tem 6 litros, basta $18 : 6 = 3$ latas.  |
| 18 | <b>C</b> | Progressão Geométrica $\rightarrow (1; 2; 4; 8; \dots)$ $a_{11} = 1 \cdot 2^{11-1} \rightarrow a_{11} = 1.024$ x 18 vezes = 18.432 \$. Soma do valor investido $\rightarrow S_{11} = [1 \cdot (2^{11} - 1)] : (2 - 1) = 2.047$ \$ $\rightarrow 18.432 - 2.047 = 16.385,00$ \$ |
| 19 | <b>E</b> | $f(x) = 1,25x + 76,88 \rightarrow 1,25x + 76,88 = 101,88 \rightarrow x = 20$ horas.   |
| 20 | <b>C</b> | $100 \cdot 2 = 200 - 101,88 = 98,12$  |



|  |   |
|--|---|
| 21 C   | Como não temos restrição quanto à repetição de letras e algarismos, basta utilizar o princípio fundamental da contagem: $26 \cdot 26 \cdot 10 \cdot 10 \cdot 10 = 676\ 000$ .   |
| 22 E   | Como as duas letras devem ser iguais, a partir do momento em escolhemos a primeira, automaticamente a segunda já está escolhida. Assim, temos: $26 \cdot 1 \cdot 10 \cdot 10 \cdot 10 = 26\ 000$  |
| 23 C   | Para encontrar o alcance e a altura máxima, segue que:<br>$x_v = \frac{-b}{2a} = \frac{-120}{2 \cdot (-4)} = \frac{-120}{-8} = 15$ $y_v = \frac{-\Delta}{4a} = \frac{-(b^2 - 4ac)}{4a} = \frac{-(120^2 - 4 \cdot (-4) \cdot 0)}{4 \cdot (-4)} = \frac{-14400}{-16} = 900$ Portanto, esse lançamento terá uma altura máxima de 900 metros e um alcance máximo de 30 metros.  |
| 24 E   | Dado que a trajetória é retilínea, segue que esta será definida por meio de uma equação do primeiro grau. Dessa forma, pode-se montar o seguinte sistema:<br>$\begin{cases} 2a + b = 8 \\ a + b = 5 \end{cases}$ Resolvendo esse sistema, chega-se que $a = 3$ e $b = 2$ . Portanto, a trajetória será dada por meio da equação $3x - y + 2 = 0$ .  |
| 25 E   | Seja:<br><ul style="list-style-type: none"> <li>• H – quantidade de homens</li> <li>• M – quantidade de mulheres</li> </ul> No enunciado temos que a quantidade de pessoas é igual a 120, dessa forma temos a seguinte equação: $H + M = 120$ . Temos também que a idade média dos homens é de 50 anos enquanto a idade média das mulheres é de 35 anos, dessas informações tiramos a seguinte equação: $(50H + 35M)/120 = 40$ . Assim, podemos montar o seguinte sistema:<br>$\begin{cases} H + M = 120 \\ \frac{50H + 35M}{120} = 40 \end{cases}$ Resolvendo esse sistema, concluímos que nesse grupo há 80 mulheres e 40 homens. |
| <b>NOÇÕES DE DIR.CONSTITUCIONAL – Prof.Laert</b> |   |
| 26 E   | Errado. A questão se mostra paradoxal ao falar em pluralismo e ideologia unitária. O pluralismo político reflete justamente a diversidade ideológica que fundamenta a república.  |
| 27 C   | Correto. A república é a forma de governo brasileira. Segundo a doutrina, o conceito de forma de governo é o modo como se dá a instituição do poder na sociedade e a relação entre governantes e governados. Em uma república essa instituição se dá com o poder nas mãos de todos (res publica = coisa pública, de todos). O princípio republicano, embora seja um princípio sensível (CF, art. 34, VII) que, se violado, pode dar ensejo a uma intervenção federal, não é uma cláusula pétrea (CF, art. 60 §4º) como ocorre com a forma de estado federativa, entre outros.   |
| 28 E   | Errado. Trata-se de um objetivo fundamental (CF, art. 3º, IV) e não de um fundamento.   |
| 29 E   | Errado. Trata-se do instituto da requisição administrativa. Essa requisição é feita por autoridades públicas em caso de iminente perigo público e se houver dano à propriedade, haverá ulterior indenização. A questão erra ao dizer que não haverá indenização (CF, art. 5º, XXV).   |
| 30 C   | Correto. O embasamento é tirado do art. 5º, XXXVIII que diz ser reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:<br>a) a plenitude de defesa;<br>b) o sigilo das votações;<br>c) a soberania dos veredictos;<br>d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.  |
| 31 E   | Errado. Isto contraria a garantia individual prevista na Constituição Federal em seu art. 5º, XXXVII: não haverá juízo ou tribunal de exceção. Tribunal de exceção é aquele que é criado especificamente para julgar um crime, sem que existisse previamente.   |



|    |   |  |
|----|---|--|
| 32 | E | Errado. Como se trata de <b>representação</b> , necessita-se de expressa autorização dos associados. Diferentemente do que ocorre no mandado de segurança coletivo, que é uma <b>substituição</b> processual. Neste caso, o STF entende que basta autorização genérica que já é conseguida com o mero ato de filiação.   |
| 33 | E | Errado. Contraria a regra do art. 5º, XIX da Constituição, o qual dispõe que de forma <i>compulsória</i> , ou seja, independente da vontade dos associados: <ul style="list-style-type: none"><li>• para que tenham suas atividades suspensas → só por <i>decisão judicial</i>;</li><li>• para serem dissolvidas → só por <i>decisão judicial transitada em julgado</i>.</li></ul> |
| 34 | C | Correto. A Constituição já estabelece taxativamente no seu art.5º, XI, as possibilidades para se adentrar no domicílio de algum indivíduo. Não poderá, desta forma, a medida provisória inovar criando hipóteses diversas.   |
| 35 | C | Correto. Da leitura do art. 7º da Constituição depreende-se que são as seguintes as idades mínimas para o trabalho: <ul style="list-style-type: none"><li>• regra: 16 anos;</li><li>• exceção 1 : 18 anos se o trabalho for noturno, perigoso ou insalubre;</li><li>• exceção 2 : 14 anos se estiver na condição de aprendiz.</li></ul>  |

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO – professor Christian**

|    |   |  |
|----|---|--|
| 36 | E | Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, inciso I, a eficácia é um dos princípios morais e primados maiores que devem nortear o servidor público.  |
| 37 | E | Os princípios morais da dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência são primados que devem nortear o servidor público no exercício de seu cargo, emprego ou função, e também fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal.  |
| 38 | E | Trata-se de vedação ao servidor público, nos termos do item XV, letra “o” do Código de Ética do Servidor Público Civil Federal, sendo, portanto, conduta proibida, e não estimulada.   |
| 39 | C | O Código de Ética do Servidor Público Civil Federal determina a criação de Comissões de Ética nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, conforme item XVI da citada legislação.         |
| 40 | E | A penalidade aplicável pela Comissão de Ética é a censura, nos termos do item XXII do Código de Ética do Servidor Público Civil Federal. Importante diferenciar a censura, penalidade por infração ética, da advertência, penalidade por infração funcional (administrativa), constante no Estatuto do Servidor Público Civil Federal. |

### **NOÇÕES DE INFORMÁTICA – professor Valdir**

|    |   |  |
|----|---|--|
| 41 | C | A descrição corresponde arquitetura utilizada na Internet e nas Intranets.   |
| 42 | E | A tarefa de tradução é realizada pelo DNS, e traduz nomes para endereços IP,s. O DHCP atribui endereços IP´s dinamicamente para computadores que não tem IP fixo.  |
| 43 | C | Geralmente os problemas que ocorrem com transações eletrônicas são devidos a contaminações no computador do usuário, e não na comunicação com o servidor seguro.   |
| 44 | E | O endereço IP na versão 6 (Ipv6) é formado por 128 bit´s e não 64 como é afirmado.   |
| 45 | E | A Central de Facilidade de Acesso do Windows Seven tem a mesma utilidade das Opções de Acessibilidade do Windows XP, ou seja, permitir a configuração do ambiente do Windows para uso de pessoas com algum tipo de limitação física. |
| 46 | C | Este item descreve os caminhos possíveis para inserção de cabeçalhos e rodapés em documentos criados no Writer.  |
| 47 | C | Este item descreve como se converte uma porção de texto em tabela na utilização do Writer.   |
| 48 | C | Em E1 será somado o Intervalo vertical A1 até A4. Em E2 será feita a média dos intervalos verticais A1 até A4 e C1 até C4, os valores são somados e divididos por 8.   |
| 49 | C | Repare que os nomes das linhas estão bloqueados, arrastar de E4 para E5 não muda nada na função e o resultado de 25 será mantido.  |
| 50 | E | A essência das tabelas e o mecanismo de funções não diferem entre os aplicativos, senão ao abrir no Calc uma tabela criada no Excel os cálculos não seriam feitos corretamente.  |



— GABARITO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS —

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – professor Christian**

|    |          |  |
|----|----------|--|
| 51 | <b>C</b> | Os elementos do Estado são povo, território e soberania. Logo, não se incluem como elementos necessários: uniformidade linguística, população, identidade de raça ou costumes, etc.  |
| 52 | <b>E</b> | A descentralização é o fenômeno administrativo através do qual a Administração Pública cria uma nova pessoa jurídica para atuação em determinada área de atribuição. Não se confunde com a descontração, na qual há a divisão interna de competência, exemplo da hierarquia.   |
| 53 | <b>E</b> | Com fundamento na Súmula 473 do STF, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos (efeitos <i>ex tunc</i> ); ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade (efeitos <i>ex nunc</i> ) respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.  |
| 54 | <b>C</b> | Nos termos do art. 37, §6º da CF, a responsabilidade, em regra, da Administração Pública é objetiva para com os particulares. O agente público, por seu turno, responde de maneira subjetiva em relação à Administração, sendo necessário a comprovação de dolo/ culpa no seu comportamento, a fim de ser responsabilizado no chamado direito de regresso.   |
| 55 | <b>E</b> | Os elementos necessários para a existência do ato administrativo são motivo, objeto, forma, finalidade e competência. Já os atributos ou características do ato são autoexecutoriedade, tipicidade, imperatividade e coercibilidade.   |
| 56 | <b>E</b> | De acordo com o art. 6º, §3º da Lei 8987, não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.   |
| 57 | <b>C</b> | As condutas que caracterizam ato de improbidade descritas na Lei 8.429 são: enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atentado a princípios. No caso de prejuízo ao erário, as penas correspondem as descritas na questão, conforme art. 12, II da citada Lei.  |
| 58 | <b>E</b> | Conforme art. 6º e 7º da Lei 8.112, o provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder e a investidura ocorrerá com a posse.  |
| 59 | <b>E</b> | Tanto a reversão quanto a reinvestidura são formas de provimento de cargos públicos. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens (art. 28 do Estatuto do Servidor Público Civil Federal). Já a reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado. |
| 60 | <b>C</b> | A autoexecutoriedade é característica, e não elemento do ato administrativo, e constitui-se em expressão do Poder Administrativo de Polícia, impondo limitações às atividades dos particulares unilateralmente em prol do bem comum.   |

**NOÇÕES DE DIREITO PENAL – professora Márcia**

|    |          |  |
|----|----------|--|
| 61 | <b>E</b> | Segundo a súmula 711 do STF, a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.   |
| 62 | <b>E</b> | O art. 23 em seu parágrafo único é expresso ao afirmar que o agente, em qualquer das hipóteses do artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo. Não há exclusão de nenhuma das quatro excludentes genéricas, seja estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de direito. |
| 63 | <b>E</b> | A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado (CP, art. 2º, parágrafo único). Logo, é incorreto afirmar que em nenhum caso lei posterior incide sobre fatos praticados na forma da lei penal anterior.             |
| 64 | <b>C</b> | Com a teoria finalista de Hans Welzel, penalista alemão, dolo e culpa que antes eram elementos da culpabilidade, passaram a integrar a tipicidade. O Código Penal brasileiro adota o sistema finalista, trazendo o dolo e a culpa dentro da conduta, que é um dos elementos do fato típico.  |
| 65 | <b>C</b> | É uma aferição do conhecimento do art. 14 do Código Penal, que possui as definições de crime consumado, aquele que reúne todos os elementos de sua definição legal, e de crime tentado, quando ele não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente após iniciada a execução.   |
| 66 | <b>C</b> | A coação física irresistível, também conhecida como vis absoluta, exclui a conduta por falta de voluntariedade do agente. A coação moral irresistível, positivada no art. 22 do CP, também conhecida por vis compulsiva, exclui a culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.  |





|      |   |
|------|---|
| 67 E | Conforme o art. 26, do Código Penal, é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Assim, incapacidade total de entender o caráter ilícito do fato, nas citadas situações, é caso de isenção de pena, e não de diminuição.   |
| 68 E | Tipificado no art. 122 do CP, o crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio é um crime material, e consuma-se com o resultado morte ou lesão corporal grave. O parágrafo único enuncia as hipóteses de aumento de pena, dentre as quais o motivo egoístico, aquele torpe, mesquinho, no qual o agente quer alcançar algum proveito. Na questão em tela Getúlio deve responder pelo crime consumado, tendo a pena duplicada pela prática do crime por motivo egoístico.                                    |
| 69 E | A prevaricação está definida no art. 319, do Código Penal, como a conduta de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. O tipo penal exige como elemento subjetivo o dolo e a intenção de satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Como na questão não há qualquer menção ao fato de a autoridade querer satisfazer interesse ou sentimento pessoal, não estará caracterizada a prevaricação. |
| 70 C | Conforme o §3º, do art. 312, do Código Penal, no peculato, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.  |

### **NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL – professora Márcia**

|      |   |
|------|---|
| 71 C | Trata-se de redação expressa do Código de Processo Penal, mais especificamente dos artigos 311, 312 e 313, após o advento da Lei n. 12.403/2011, senão vejamos: CPP. Art. 313. “Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: I – nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos”; CPP. Art. 311. “Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial”; CPP. Art. 312. “A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”.   |
| 72 C | <p>O inquérito policial é um procedimento que intenta obter elementos a respeito da autoria e materialidade de uma conduta criminosa. É presidido pela autoridade policial e, dessa forma, possui natureza administrativa, ou seja, é fase anterior ao procedimento judicial (ação penal), sendo este inaugurado pela denúncia do Ministério Público (ação penal pública) ou pela queixa - crime por parte do ofendido (ação penal privada).</p> <p>Possui, como característica, um conteúdo de natureza inquisitorial -, não sendo obrigatória nessa fase a observância dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, conforme prevê o artigo 5º da Constituição Federal: LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.</p> <p>Dessa forma, como regra, o inquérito policial não irá obedecer ao princípio da ampla defesa e do contraditório. Norberto Avena aponta como exceção, o inquérito instaurado pela polícia federal objetivando a expulsão de estrangeiro, porquanto esse procedimento, mesmo possuindo natureza administrativa, deverá obedecer a ampla defesa e contraditório por expressa previsão legal.</p> |
| 73 E | Embora exista na quase totalidade dos procedimentos que objetivam a apuração de ilícitos de natureza penal, o inquérito policial não possui natureza obrigatória, sendo peça facultativa para o oferecimento da ação penal por parte do Ministério Público ou ofendido. Na lição de Norberto Avena “ na medida em que seu conteúdo é meramente informativo, se já dispuserem o Ministério Público ( na ação penal pública) ou o ofendido ( na ação penal privada) dos elementos necessários ao oferecimento da denúncia ou queixa – crime (indícios de autoria e prova de materialidade do fato), poderá ser dispensado o procedimento policial sem que isto importe qualquer irregularidade (arts, 39, § 5º, e 46, § 1º, do CPP)”.   |



|             |   |
|-------------|---|
| <p>74 E</p> | <p>É conhecida como <i>notitia criminis</i>, a informação (ou conhecimento) a respeito de uma conduta criminosa por parte da autoridade policial, podendo esta ocorrer de forma espontânea ou provocada. Na esteira da lição de Renato Brasileiro, subdivide-se em:</p> <p>a) <i>Notitia criminis</i> de cognição imediata (ou espontânea): ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento do fato delituoso por meio de suas atividades rotineiras.</p> <p>b) <i>Notitia Criminis</i> de cognição mediata (ou provocada): ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento da infração através de conhecimento escrito. É o que acontece, por exemplo, nas hipóteses de requisição do Ministério Público, representação do ofendido, etc.</p> <p>c) <i>Notícia Criminis</i> de cognição coercitiva: ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento do fato delituoso através da apresentação do indivíduo preso em flagrante.</p> <p>No que diz respeito à <i>Notitia Criminis</i> anônima ou inqualificada (por exemplo, disque denúncia), prevalece o entendimento de que, primeiramente, a autoridade policial deve proceder a pesquisas preliminares que possam evidenciar a veracidade das informações contidas na suscitada denúncia, não podendo, de plano, instaurar a abertura de inquérito policial baseado apenas nas alegações por ela veiculadas.</p> <p>Dessa forma, a notícia anônima, por si só, não constitui empecilho à responsabilização criminal, desde que a autoridade policial efetue uma pesquisa prévia antes da instauração do inquérito. Nesse sentido: Supremo Tribunal Federal no HC 95.244/ PE, relatado pelo Ministro Dias Toffoli.</p> |
| <p>75 C</p> | <p>A hipótese do problema se refere às situações de flagrante impróprio (imperfeito, irreal ou quase flagrante) previstas no Inc. III do artigo 302 do CPP. Nos Incisos I e II temos o denominado flagrante próprio – também conhecido como perfeito, real ou verdadeiro - e no Inciso IV a norma processual penal evidencia o que doutrinariamente é conhecido como flagrante presumido, ficto ou assimilado.</p> <p>Quanto ao flagrante impróprio é muito comum a ideia da necessidade à observância do prazo de 24h, para que seja caracterizado o estado de flagrância. Desse modo, segundo a cultura popular, passado o interstício de 24 h, não seria cabível a prisão em flagrante.</p> <p>De acordo com Renato Brasileiro “o importante, no quase flagrante, é que a perseguição tenha início logo após o cometimento do fato delituoso, podendo perdurar por várias horas, desde que seja ininterrupta e contínua, sem qualquer solução de continuidade. Carece de fundamento legal, portanto, a regra popular segundo a qual a prisão em flagrante só pode ser levada a efeito em até 24 ( vinte e quatro ) horas após o cometimento do crime”.</p>   |
| <p>76 C</p> | <p>Previsão art. 306 do CPP: Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. § 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o atuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública. § 2 No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.</p>   |
| <p>77 C</p> | <p>Trata-se de crime contra a vida, portanto, ação penal publica incondicionada. O titular da ação é o Ministério Público e não Julieta, portanto, correta a afirmação que não cabe retratação da vítima. Ressalta-se ainda o princípio da indisponibilidade desse tipo de ação.</p>  |
| <p>78 C</p> | <p>Nas ações privadas vigora o princípio da indivisibilidade que está prevista no art.48 do CPP, o processo penal de um obriga o de todos. O fiscal desse princípio é o MP, no entanto, salienta-se que o MP não tem legitimidade para aditar a queixa para incluir co-autores (O artigo 129, da CF/88 estatui que o MP é titular exclusivo das ações penais públicas. Nas demais modalidades, atuará enquanto fiscal da lei assegurando a observância dos seus preceitos legais pelo particular).</p> <p>Verificando que a omissão foi voluntária, deve ser reconhecido que houve renúncia tácita em relação aquele que não foi incluído na queixa, renúncia esta que se estende aos demais.</p> <p>Verificando-se que a omissão foi involuntária, deve o MP requerer a intimação do querelante, sob pena de renúncia tácita ao direito de queixa. Lembrando que renúncia concedida a um dos co-autores estende-se aos demais, e o perdão concedido a um dos acusados estende-se aos demais, desde que haja aceitação.</p>   |
| <p>79 E</p> | <p>Esse item mostra uma das pegadinhas mais usuais da banca CESPE, porquanto a primeira parte da questão está corretíssima, tendo respaldo de acordo com o CPP, “art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. § 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame”. A pegadinha da questão está no fato de que não há previsão de participação das partes na INVESTIGAÇÃO POLICIAL (Inquérito), só havendo tal premissa assegurada quando estiver na FASE PROCESSUAL, consoante o que versa o CPP, “Art. 159, § 5º Durante o curso do <u>processo judicial</u>, é permitido às partes, quanto à perícia: (...)”.</p>  |



|      |  |
|------|--|
| 80 E | Existem três teorias que buscam definir o lugar do crime para fins de fixação do foro competente para sua apuração: i) teoria da atividade; ii) teoria do resultado; iii) teoria da ubiquidade. O CPP, no art. 70, “caput”, adotou a teoria do resultado (é competente para o processo e julgamento, como regra, o juízo do lugar onde a infração penal se consumou, ou, sendo hipótese de tentativa, o local onde o derradeiro ato de execução fora praticado). |
|------|--|

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL – professores Christian e Márcia

|      |   |
|------|---|
| 81 C | Segundo o art. 2º, inc. II da Lei 9.034/95, a ação controlada consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações. Por esta lei, não se faz necessário autorização judicial para tal flagrante prorrogado. |
| 82 E | Conforme o § 1º, do art. 2º, da lei definidora dos crimes hediondos, a pena será cumprida inicialmente em regime fechado.   |
| 83 E | Conforme o parágrafo 2º, do art. 28, da lei nº 11.343/06, para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.   |
| 84 C | A situação descrita na questão caracteriza a tortura-prova (art. 1º, I, a). Além disso, para o caso apresentado pela banca, caberá aumento de pena pelo fato de o sujeito ativo ser agente público (art. 1º, § 4º, I, da lei n.º 9.455/97).   |
| 85 E | O procedimento policial consistiu em ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder. Tal conduta caracteriza o crime de abuso de autoridade, previsto no art. 4º, “a”, da lei nº 4.898/65.  |
| 86 C | De acordo com o art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o prazo máximo da internação provisória, ou seja, aquela aplicada antes da sentença é de 45 dias. Vale destacar que essa internação é medida socioeducativa aplicada somente a adolescente pela autoridade judicial.  |
| 87 E | O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos da pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, conforme dispõe seu art. 1º. Não obstante, com relação ao transporte, é garantida a gratuidade, nos termos do art. 39, aos maiores de 65 anos.   |
| 88 C | É considerada infração penal de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei 9.099/95, as contravenções penais, previstas no Decreto Lei 3.688/41, e os crimes com pena máxima (e não mínima) de até 2 anos.  |
| 89 C | De acordo com o art. 2º, parágrafo único da Lei 10.259/2001, caso um crime de menor potencial ofensivo federal seja julgado em reunião, decorrente de aplicação de regras de conexão e continência, com outro(s) crimes federais perante o juízo comum ou o tribunal do júri, devem ser aplicados os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.   |
| 90 C | Nos termos do art. 83, nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial, não exigida em caso de viagem a comarca contígua ou acompanhamento de parentes até o 3º grau, ou maior expressamente autorizado.  |

### DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – professor Christian

|      |  |
|------|--|
| 91 E | Nos termos do art. 5º, §3º, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Congresso seguindo o rito específico serão equivalentes às emendas constitucionais. Os que forem aprovados, mas em desacordo com o rito próprio, tem sido aceitos como norma suprallegal e infraconstitucional. E os demais tratados, não relativos a direitos humanos, são incorporados como lei ordinária. |
| 92 E | De acordo com art. 5º, §3º, da CF, é necessária a aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, ou seja Senado Federal e Câmara dos Deputados, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.   |
| 93 C | A primeira geração ou dimensão dos direitos humanos consiste na limitação do Estado acerca das liberdades individuais, expressas na vida, liberdade, propriedade, chamados de Direitos Civis.  |
| 94 E | A questão aborda os chamados direitos da terceira geração. Os direitos da segunda geração ou dimensão são os direitos sociais, que exigem do Estado uma atuação positiva a fim de satisfazer as necessidades da coletividade.  |
| 95 C | Tanto os Direitos Humanitários quanto os Direitos Humanos são vertentes da Proteção Internacional da Pessoa Humana, distinguindo-se em razão do momento de aplicação, cabendo ao Direito Humanitário, também chamado de Direito de Guerra, controlar os conflitos armados, protegendo as pessoas que não participam das hostilidades.  |



|      |   |
|------|---|
| 96 E | O Direito dos Refugiados, também uma das vertentes da Proteção Internacional da Pessoa Humana consiste no estabelecimento de normas mínimas para tutela humanitária dos indivíduos que buscam sair de seu país de origem em razão de ameaças por conflitos armados ou situações políticas, tendo por sujeito o cidadão estrangeiro.               |
| 97 C | Consolidando a orientação de concretizar a promoção dos Direitos Humanos no Brasil, a PNDH-3, em seu eixo orientador VI trata do Direito à Memória e à Verdade, garantindo o acesso a esses importantes Direitos. Exemplo disso são as Comissões de Verdade instituídas para analisar as violações ocorridas nos períodos autoritários nacionais. |

**LEGISLAÇÃO RELATIVA AO DPRF (TRÂNSITO) – professor Rovani**

|       |   |
|-------|---|
| 98 C  | Conforme o CTB artigo 6º, I   |
| 99 C  | Conforme o CTB artigo 7º  |
| 100 E | Quem aplica todas as penalidades é o órgão executivo de trânsito dos estados.                                 |
| 101 E | Se estiver circulando pela esquerda, desloca-se para a direita  |
| 102 C | Conforme artigo 40, V - a   |
| 103 E | Comunicará o órgão competente e aguardará o CLA   |
| 104 C | Conforme artigo 123, §1º  |
| 105 E | A categoria para conduzir reboque desde que não ultrapasse 3500kg de PBT é B.                                 |
| 106 E | Retenção não é penalidade   |
| 107 E | Permissão é válida em todo território nacional, conforme artigo 159   |
| 108 C | Conforme artigo 279   |
| 109 E | O inspetor da PRF é agente da autoridade de trânsito, somente o perito oficial pode fazer a retirada do disco |
| 110 E | Recolhimento da CNH é medida administrativa   |
| 111 E | Recolhimento da permissão para dirigir é medida administrativa  |
| 112 C | Conforme artigo 256.  |

**FÍSICA APLICADA À PERÍCIA DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS – professor Marcelo**

|       |  |
|-------|--|
| 113 C | Haverá conservação da quantidade de movimento do sistema, logo se a pedra for arremessada no sentido oposto do movimento do caminhão ele aumentará (muito pouco) sua velocidade.           |
| 114 C | Mesmo princípio descrito acima.  |
| 115 E | Se as pedras forem lançadas lateralmente não haverá nenhuma componente do seu momento linear na direção do movimento do caminhão, não interferindo assim no seu movimento.                 |
| 116 C | Impulso é dado pelo produto da força com o intervalo de tempo. A força que atua no capacete é a mesma que atua na mola, e o intervalo de tempo também é o mesmo, logo o impulso é o mesmo. |
| 117 E | Haverá conservação da quantidade de movimento do sistema e não somente dos corpos isoladamente.  |
| 118 C | Como o sistema é isolado de forças externas haverá conservação da quantidade de movimento do sistema.  |



|     |          |  |
|-----|----------|--|
| 119 | <b>C</b> | Os espelhos convexos possuem um campo visual maior que os espelhos planos. |
| 120 | <b>E</b> | Espelhos convexos possuem imagens menores que os objetos.                  |

## ATENÇÃO

**Os professores do Curso Sólon estarão auxiliando os interessados na interposição de recursos em relação à prova e ao gabarito. Acompanhe tudo pelo nosso site [www.CursoSolon.com.br](http://www.CursoSolon.com.br).**

### SUGESTÃO PARA VOCÊ ESTRUTURAR A SUA REDAÇÃO

|              |   |                        |
|--------------|---|------------------------|
| 1º parágrafo | Apresentação da temática, que deve ser retomada ao longo do texto.  | <b>INTRODUÇÃO</b>      |
| 2º parágrafo | Apresentar um argumento. Desenvolva a argumentação da seguinte forma: afirmação + explicação + discussão (posicionamento)   | <b>DESENVOLVIMENTO</b> |
| 3º parágrafo | Apresentar segundo argumento. Acrescentar fato-exemplo.   |                        |
| 4º parágrafo | Faça a síntese da temática abordada. Dependendo da forma como foi conduzida a argumentação, retome a ideia colocada no início (reafirmando o posicionamento) ou apresente possíveis soluções. | <b>CONCLUSÃO</b>       |

**AGORA É A SUA VEZ:** Monte seu esquema de redação, escolhendo outros temas: *Segurança no Trânsito, Problemas no transporte brasileiro, Fusão entre Polícia Civil e Militar, Casamento após os 50 anos, A automedicação, Meu primeiro emprego, Vida na capital versus vida no interior, Vagas para negros nas universidades, Criminalidade urbana etc.*

**Veja planilha de autocorreção de sua redação →**

## ATENÇÃO


**Os professores do Curso Sólon estarão auxiliando os interessados na interposição de recursos em relação à prova e ao gabarito. Acompanhe tudo pelo nosso site [www.CursoSolon.com.br](http://www.CursoSolon.com.br).**



## REDAÇÃO - Planilha de Autocorreção

Use essa planilha para classificar sua redação.  
Sua redação precisa enquadrar-se no nível BOM ou ÓTIMO.

**A prova de Redação na PRF vale 20 pontos.**

| NÍVEIS  | AVALIE CARACTERÍSTICAS   |
|---|--|
| <b>INSUFICIENTE</b><br>(de 0 a 4 pontos)<br><br> | <input type="checkbox"/> Aborda o tema superficialmente.<br><input type="checkbox"/> Apresenta mais fatos que argumentos.<br><input type="checkbox"/> Opina pouco.<br><input type="checkbox"/> Nível baixo de informatividade.<br><input type="checkbox"/> Problemas frequentes relacionados à coerência, coesão, ortografia, pontuação.   |
| <b>REGULAR</b><br>(de 5 a 9 pontos)<br><br>    | <input type="checkbox"/> A opinião aparece em mais de um momento.<br><input type="checkbox"/> Um pouco mais de argumentos.<br><input type="checkbox"/> Argumentos ainda frágeis, superficiais.<br><input type="checkbox"/> Argumentos de consenso, altamente previsíveis.<br><input type="checkbox"/> Nenhuma sofisticação na apresentação das ideias.<br><input type="checkbox"/> Nível baixo de informatividade.<br><input type="checkbox"/> Problemas frequentes relacionados à coerência, coesão, ortografia, pontuação.   |
| <b>B O M</b><br>(de 5 a 9 pontos)<br><br>      | <input type="checkbox"/> Argumentos mais consistentes.<br><input type="checkbox"/> Argumentos satisfatórios, mas previsíveis.<br><input type="checkbox"/> Um pouco mais de organização e sofisticação na apresentação das ideias.<br><input type="checkbox"/> Traz exemplos e articula-os com os argumentos.<br><input type="checkbox"/> Nível médio de informatividade.<br><input type="checkbox"/> Problemas de coerência, coesão, ortografia e pontuação menos frequentes ou ausentes.  |
| <b>ÓTIMO</b><br>(de 16 a 20 pontos)<br><br>    | <input type="checkbox"/> Argumentos que demonstram maior criticidade.<br><input type="checkbox"/> Surpreende o leitor com exemplos e argumentos menos previsíveis.<br><input type="checkbox"/> Ideias muito bem organizadas.<br><input type="checkbox"/> Traz exemplos, articula-os com os argumentos de modo mais adequado.<br><input type="checkbox"/> Nível alto de informatividade.<br><input type="checkbox"/> Continuidade, progressão e boa articulação entre as ideias, entre os parágrafos.<br><input type="checkbox"/> Pouco ou nenhum problema relacionado à coerência, coesão, ortografia e pontuação. |